

A revolta da Palestina

MAURÍCIO TRAGTENBERG*

Quando a 09/12/87 um caminhão israelense acidentalmente atropelou quatro habitantes do campo de refugiados palestinos de Jebalya na faixa de Gaza, pela repercussão provocada na região, iniciou-se a reação palestina na Cisjordânia e Gaza à ocupação israelense.

A maioria dos rebeldes são constituídos de jovens na faixa entre 15 e 25 anos, criados no regime de ocupação israelense, criados nos “campos de refugiados”. A reação à ocupação deu-se espontaneamente, surpreendendo as lideranças palestinas, inclusive a OLP.

Esses jovens palestinos aparecem vinculados ao grupo da Jihad Islâmica, ligado ao movimento dos Irmãos Muçulmanos do Egito. Jihad é um grupo sunita que prega uma guerra santa contra a ocupação israelense e tem sua base nas mesquitas. Por incrível que pareça, o colonizador israeli construíra mesquitas nas regiões ocupadas, preocupado em desviar as forças do nacionalismo palestino. É justamente delas que surge a reação contra o neocolonialismo do Estado de Israel.

As regiões ocupadas por Israel fornecem mão-de-obra barata para Israel, especialmente na construção civil. Alguns kibutzim em épocas de entressafra empregam mão-de-obra assalariada palestina.

Essa mão-de-obra palestina da zona ocupada sai pela manhã em caminhões, dirigindo-se aos postos de trabalho em Israel, regressando ao final de cada jornada de trabalho. Esses trabalhadores não possuem autorização para pernoitarem em Israel e uma polícia especial cuida de localizar os recalcitrantes.

A ocupação israelense funda-se nas normas do direito colonial inglês, na medida em que Gaza e Cisjordânia não são consideradas zonas anexadas a Israel. A legislação colonial inglesa é uma das mais repressivas que a história moderna conheceu. Assim, a administração militar em Gaza e Cisjordânia, com base nessa legislação, pode deter por tempo indeterminado para interrogatório qualquer pessoa da área, pode deter sem mandado judicial de prisão, pode demolir ou selar casas de pessoas consideradas pelas autoridades como colaboradores de “terroristas”.

É uma luta desigual. Um exército fortemente armado e treinado contra jovens adolescentes que atiram pedras e lutam com paus.

Isso levou a moderados palestinos ameaçarem com boicote aos produtos israelenses, boicote ao pagamento de impostos às autoridades de ocupação. Desde que o exército israelense oficializou



* **MAURÍCIO TRAGTENBERG** (*In Memoriam*), cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP) e autor do livro “Reflexões sobre o socialismo”. Publicado em: *Folha de S. Paulo*, de 08.02.1988.



a política de espancamento, mais de 200 palestinos foram internados com fraturas.

As forças de ocupação usam o toque de recolher para disciplinar 300 mil palestinos, cercam os campos de palestinos para impedi-los de saírem dão trabalho. Até então bastava exilar alguns líderes e a “vida voltava ao normal” como diziam alguns. Hoje isso é insuficiente. A política neocolonial do atual governo Likud-Partido Trabalhista causa crises de consciência em Israel, levando 30 mil israelenses a saírem em manifestação pública em Tel Aviv protestando contra a ocupação e a violenta repressão dos palestinos. Dezenas de oficiais e centenas de soldados do Exército de Israel recusaram-se a servir nas zonas de ocupação. O movimento “Iesh Gvul” (Há Limite), criado em 19982, por reservistas que se recusaram a lutar no Líbano, produziu uma petição pública em que critica essa política neocolonial e insensata. Enquanto isso, Shamir declara que “amais haverá um Estado Palestino”. Não há dúvida que fora precedido por Golda Meir quando ela dizia: “Os palestinos não existem”. Tanto existem que a questão palestina ocupou as manchetes da imprensa mundial nos últimos meses.

Essa política neocolonial levou o secretário do Partido Trabalhista de Israel a demitir-se. O jornal israelense “Haaretz” noticiava que psicólogos do Exército foram enviados a Gaza para tratar dos soldados israelenses abalados emocionalmente com o papel repressivo que lhes é destinado, que contradiz os valores educacionais em que foram formados, de só lutar para defender-se e não empregar violência indiscriminada contra jovens, mulheres, velhos e crianças.

Enquanto isso ocorre, Arafat declara-se pronto a discutir a confederação palestina israelense nos territórios ocupados. O Conselho Central da OLP e o Conselho Nacional Palestino, reuniram-se para discutir que estratégia adotar nos territórios ocupados. Pensam em criar um governo no

exílio, isso levaria os EUA e Israel a negociarem diretamente com a OLP, pensam alguns.

A revolta palestina apresenta novos contornos. A OLP, embora não fosse a iniciadora da mesma, é ainda a organização que legitimamente representa os palestinos. Porém, aparece uma força nova: o fundamentalismo sunita. Tem ela apoio na Cisjordânia, tem força na Síria e mais alguns países árabes. Como todo movimento fundamentalista é teocrático e rígido. Caso Israel rejeite negociar com a OLP terá que enfrentar futuramente o fundamentalismo sunita. Aí a conversa será outra.

É verdade que há também o fundamentalismo religioso em Israel. Boa parte das colônias criadas nos territórios ocupados são obra do movimento “Gush Emubim” (Bloco dos Fiéis). Um dos seus representantes é a sinistra figura do rabino Kahane, que conseguiu unir judeus e árabes contra sua política cega e racista de expulsar os árabes de Israel, os que lá “sobraram”.

A revolta palestina coloca em questão a sobrevivência do neocolonialismo no século 20, seu arcaísmo. Coloca em questão a urgência de uma solução política, a criação do Estado Palestino, cuja necessidade clama aos céus. É no apoio a essa luta que os setores progressistas do mundo devem unir-se, no direito do palestino a sua autodeterminação nacional, na construção de um Estado laico.

A postergação da solução do problema palestino continuará a manter o Oriente Médio como um barril de pólvora com explosões imprevisíveis. Isso se dá no momento em que a própria URSS pretende retirar-se do Afeganistão e uma política de distensão mundial aparece no horizonte.